

A PSICOLOGIA FRENTE AS QUESTÕES DA TRANSEXUALIDADE

PSYCHOLOGY AND THE STUDIES OF TRANSGENDER IDENTITY

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Universidade Estácio de Sá –
UNESA (Brasil) como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia

2016

Arthur Miranda Félix
Psicólogo clínico e social

Email:
arthur.felixy@hotmail.com

RESUMO

A sexualidade vem-se tornando objeto de estudos de diversas áreas, entre as quais se encontra a psicologia, em virtude da pertinência do estudo da mente e do comportamento humanos. No âmbito da sexualidade e de suas ramificações encontra-se a transexualidade, um fenômeno complexo e atual que exige uma demanda maior da psicologia frente às questões que envolvem o gênero e sexo.

A psicologia, como ciência, faz parte do processo transexualizador, processo que envolve a Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS), sendo o psicólogo parte integrante da equipe multidisciplinar envolvida no processo.

O diálogo entre a psicologia e a psiquiatria se torna crescente, à medida que a psicologia tem de se haver com questões de sexo e gênero, e de participar diretamente do processo cirúrgico de mudança de sexo, sendo o psicólogo parte fundamental na equipe envolvida nesse processo.

Palavras-chave: Gênero e sexo, psicologia, transexualidade, processo transexualizador.

ABSTRACT

The study of sexuality has become an important object of research in various fields. Among them, psychology is straightly related to it, either for studying the human mind or studying the human behavior. Inside the sexuality and its types, the transgender identify is considered as a phenomenon complex and current, which requires major study in issues such as gender and sexuality. Psychology as a Science, is part of the Transitioning (transgender), process that involves the reassignment therapy (which may or may not include hormone replacement therapy and sex reassignment surgery), and psychologists are part of the team involved in this process.

The dialogue between psychology and psychiatry becomes even closer. Psychologists have to deal with questions about sex and gender, and be part of the process of the Transitioning (transgender), which makes the psychological therapy part essential on this process.

Palavras-chave: Sex and gender, psychology, transgender identity, transitioning.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

O campo de estudos sobre a sexualidade envolve temas interdisciplinares, e que tocam saberes culturais, biológicos, genéticos, comportamentais e psicológicos. Dentro desse complexo, está a transexualidade como uma forma de existência, e como uma identidade de autonomia do sujeito. Segundo CASTEL (2001, p.77)

A transexualidade em linhas gerais, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas (como o hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina). ”

O tema da transexualidade é alvo de diferentes debates, que ora a associa a uma patologia psiquiátrica, e em outros momentos a uma escolha legítima de existência. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº1.652/2002 (Publicada no D.O.U. de 2 dez 2002,



n. 232, Seção 1, p.80/81) o “paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou autoextermínio”, sendo a transexualidade encontrada no Código Internacional de Doenças (CID 10) elaborado pela Organização Mundial da Saúde e referida como "Transtorno de Identidade de Gênero", pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV).

Apesar da classificação médica, há um movimento recente pela despatologização da transexualidade que avança em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. No âmbito da psicologia, o Conselho Federal (CFP) em suas atribuições sustenta que “ a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual. ” (Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 1/1999, Nº2), orientando que:

A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social. (Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 1/1999, Orientações, Nº 3).

A partir do embasamento no qual a transexualidade é tida como desvio psicológico e psiquiátrico, ela está inserida no campo científico da psicologia e do saber Médico, em especial por se considerar como forma de tratamento a necessidade de uma redefinição sexual cirurgicamente aprovada pelo Conselho de Medicina, a partir desses princípios (AMARAL, 2007). A Portaria nº 1707 do Ministério da Saúde sobre o Processo Transexualizador (2008), garantiu a cirurgia reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina como um procedimento de alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Posteriormente, a Portaria nº 457, também de 2008, foi instituída para organizar os serviços e procedimentos associados ao Processo (BRASIL, 2008).

O processo transexualizador conta com uma equipe inter e multidisciplinar, constituída por um médico cirurgião habilitado em cirurgia urológica, um anesthesiologista, um psicólogo, um enfermeiro, um endocrinologista, um psiquiatra, e um assistente social. Todos habilitados e reconhecidos para participarem e conduzirem o Processo Transexualizador (BRASIL, 2008). O papel do psicólogo nesse processo se faz importante, pois a pessoa que busca a readequação cirúrgica pelo SUS necessita realizar terapia psicológica durante um período mínimo de dois anos, além de realizar análises de laboratório, fazer uso de hormônios e ainda evidenciar um comportamento coerente com o gênero desejado (BENTO; PELÚCIO, 2012). De acordo com dados do ministério da saúde, disponibilizados no Portal Brasil, 2015, até o ano de 2014, foram

realizados 6.724 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS (BRASIL, 2008).

Como destacado pela portaria, o psicólogo foi incluído como profissional parte da equipe. Nesse aspecto, o profissional atento as diretrizes do Processo Transexualizador, deve também responder a Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (1999) que normatizou a atuação dos psicólogos em interface com a sexualidade. Tal conteúdo implica que o conhecimento dessa ciência está a favor das reflexões críticas em relação ao preconceito, igualmente ao de não praticar ações que corroborem com a patologização do gênero. A atenção deve estar direcionada de forma a não contribuir para um atendimento coercitivo, combatendo a discriminação e o estigma sofridos por aqueles vistos como fora da heteronormatividade (LIONÇO,2009).

A psicologia como ciência, faz parte do processo transexualizador, processo que envolve a Cirurgia de Retribuição Sexual (CRS), sendo o psicólogo um profissional de saúde integrante da equipe multidisciplinar envolvida no processo. De acordo com dados do ministério da saúde, até o ano de 2014, foram realizados 6.724 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador através do SUS.

Segundo um artigo publicado na Associação Americana de Psicologia, em 2009 foi comprovado através de uma pesquisa, que menos de 30% dos psicólogos e estudantes de psicologia relatam familiaridade com os assuntos experienciados pelos transexuais e transgêneros

SEXO E GÊNERO

O estudo do gênero e da sexualidade vêm ganhando força no mundo acadêmico, levando professores, pesquisadores e estudantes, a buscarem cada vez mais embasamentos científico e teóricos para lidar com as questões da sexualidade. Para Michel Foucault, em A história da sexualidade I: a vontade de saber (1988), houve uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo, centrando-o justamente como a sexualidade na moderna forma de governar, a do biopoder: dispositivos pelos quais as pessoas foram obrigadas a falar sobre sexo, tudo o que faziam dele, como lidavam com ele — assim, não houve uma repressão, mas uma nova maneira de falar e lidar com ele, justamente em nome desse regime. (FOUCAULT, 1988).

O crescente interesse no estudo das diferenciações da sexualidade e das suas ramificações, fazem com que mais e mais autores abordem o tema gênero e sexo como objeto de estudo e pesquisa. De acordo com Laqueur (2001), historicamente, o termo sexo relacionou-se com mais

frequência à linguagem biológica, ligada ao desejo e aos órgãos genitais, enquanto o conceito de gênero foi fortemente associado ao Movimento Feminista e entendido como à maneira como o indivíduo constrói culturalmente os significados dos seus corpos, gestos e posturas. (LAQUEUR, 2001). Percebe-se assim, uma ampliação na maneira de se compreender a sexualidade e seus desdobramentos com a introdução do conceito de gênero, para além da diferença entre os órgãos sexuais.

O que é a transexualidade?

Segundo Jeffrey Weeks (1993, p.6), "a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual, e a fantasia, como com o corpo". Considera-se que os sujeitos podem praticar sua sexualidade de diferentes maneiras, ou seja, podem vivenciar seus desejos e prazeres sexuais de várias formas (BRITZMAN, 1996). Dessa forma, entende-se que a orientação sexual pode se formar a partir de diversas vivências, seja esta com parceiros do sexo oposto, do mesmo sexo, ou ainda sem parceiros. Marcia Áran (ÁRAN, 2006) em seu artigo "A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero" afirma que "Em geral, parte-se do pressuposto de que sexo é algo definido pela natureza, fundamentado no corpo orgânico, biológico e genético e de que gênero é algo que se adquire por meio da cultura."

Ainda segundo a autora, gênero não é uma construção social imposta a uma matéria antes determinada (o sexo), e sim um efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas (Áran, 2006). Assim, é importante pensar por meio de que normas reguladoras se materializam os sistemas sexo-gênero (BUTLER, 2002). Seguindo este raciocínio, os efeitos de gênero, ou mesmo de corpos, entendidos como produção de subjetividades, emergem na modernidade através da reiteração da matriz heterossexual constituída ao mesmo tempo pela dominação masculina e pela exclusão da homossexualidade. (ÁRAN, 2006)

As identidades passam a ser compreendidas como construídas e não dadas, estão se transformando através de relações sociais. Tal perspectiva compreende os indivíduos em constituição, como femininos ou masculinos, conhecendo suas diferentes formas de ser e estar no mundo. Sujeitos femininos ou masculinos podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, da mesma maneira, negro, branco, índio, rico, pobre, entre outros (LOURO, 1997). A transexualidade, nessa perspectiva, traduz o desafio de legitimar subjetividades plurais viabilizando uma existência para pessoas que traspõe as normas de gênero ligadas a heterossexualidade (TEIXEIRA, 2009), como por exemplo, aquela que define a coerência em que ser feminino ocorre quando se nasce com a vagina e a de ser masculino quando o órgão genital é o pênis (ÁRAN, 2006)

Diante desse posicionamento, é um risco determinar a conceituação do que vem a ser a transexualidade de uma única forma, uma vez que é um campo de disputa entre saberes médicos, biológicos e de teorias que sustentam uma identidade de gênero múltipla (JUNIOR, 2008). No âmbito biomédico, a transexualidade é diagnosticada como “Transtorno de Identidade de Gênero F64” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2010; AMARAL 2007), o que se torna um fator importante e decisivo para a criação do Processo Transexualizador, conhecido também como Cirurgia de Reatribuição Sexual (CRS).

A psicologia no contexto da transexualidade e inclusão

O diagnóstico de transtorno de gênero para aqueles que almejam a intervenção médica e psicológica, de certa maneira, acaba resultando em uma experiência libertadora no qual através de um corpo produzido cirurgicamente poderão sentir-se reais e autênticos (TEIXEIRA, 2009; BENTO E PELÚCIO, 2012). Em contraposição a marca biomédica e de certa forma, psicopatologizante, tem-se outros entendimentos acerca da transexualidade, entre eles aquele que se associa a concepção de sexualidade construída também pelas normas culturais e sociais, ou seja, não se tem juízos claros acerca da diferença sexual pela complexidade do corpo, pois, as particularidades corporais distinguidas como masculinas e femininas aparecem combinadas com o que cada ser humano “compreende” e “constrói” (FAUSTO-STERLING, 2001). Assim, podem-se encontrar pessoas que se nomeiam transexuais, mas que não almejam necessariamente a cirurgia de readequação sexual como garantia de sua identidade de gênero.

A psicologia, como parte integradora do Processo Transexualizador no SUS, exerce um papel importante na vida de transexuais e transgêneros que buscam seus serviços, afim de responder às questões de gênero e sexo, proporcionando conforto através da escuta psicológica, assim como, respondendo às questões médicas de aprovação da cirurgia através da Avaliação Psicológica, e da psicoterapia por um período mínimo de 2 anos. As diretrizes nacionais para a realização do Processo Transexualizador foram regulamentadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 457/2008. Essa portaria define como Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador a unidade hospitalar que oferece assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos com indicação para a realização do processo transexualizador, além de considerar que o acompanhamento terapêutico possui as dimensões psíquica, social e médico-biológica, contemplando, portanto, a(o) psicóloga(o) como membro da equipe multidisciplinar. (BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.955/2010).

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi constituída pelo método de revisão bibliográfica, e conta com a leitura e análise de textos a respeito da sexualidade humana, com o

foco na transexualidade, e na sua relação com a psicologia. Foram utilizados inúmeros materiais, como livros, revistas, textos e artigos científicos, como base para a formalução da pesquisa bibliográfica. O estudo de casos faz parte dos dados da pesquisa, assim como a observação e a entrevista de pessoas transexuais/transgêneras, pesquisas realizadas com psicólogos e estudantes de psicologia, envolvidos ou não no processo médico/cirúrgico transexualizador.

CONCLUSÃO

Em frente a demanda crescente a respeito dos estudos da sexualidade no campo da psicologia, a transexualidade torna se evidente à medida que envolve o uso dos conhecimentos psicológicos e técnicas psicoterápicas, no processo de realização da Cirurgia de Redesignação Sexual. A psicologia encontra se diretamente ligada ao processo transexualizador, e sua participação é parte integrante da equipe envolvida nesse processo, através da psicoterapia e da avaliação psicológica.

A demanda por estudos a respeito do tema, torna se evidente com a atuação direta do profissional de psicologia juntamente com a equipe multidisciplinar envolvida nesse processo. O diálogo entre a psicologia e a transexualidade faz se necessária no contexto cirúrgico de quem busca a mudança de sexo como forma de readequação, todavia muito além de sua atuação no processo transexualizador, a psicologia se depara também com questões de gênero e sexo, cada vez mais crescentes.

Frente a problemática sobre a patologização ou não da transexualidade, faz se necessário o estudo e a revisão de material que aborda o tema em questão, assim como a análise crítica a respeito da preparação do profissional de psicologia para lidar com as questões relacionadas ao gênero e sexo. O pensar crítico dos psicólogos e dos estudantes de psicologia a respeito da transexualidade, visando dá conta da demanda crescente por conhecimentos mais aprofundados, e técnicas psicoterápicas que possam responder às questões da transexualidade e envolver o profissional consciente no processo transexualizador.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, D. A Psiquiatrização da transexualidade: Análise dos Efeitos do Diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero nas Práticas de Saúde. Instituto de Medicina Social, 2007.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2 ed. Brasil: 2006, Garamond P. 251.

BENTO, Berenice. Despatologização do Gênero: A politização das identidades abjetas. Estudos Feministas. Vol.20, no 2, Maio/Agosto, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Ministério da Saúde: Brasília, 2008.

CASTEL, Pierre. Metamorfose impensável: Ensaio sobre o transexualismo e identidade pessoal. 6 ed. Paris: 2003, Gallimard. P. 560.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - RESOLUÇÃO CFM nº 1.652/2002 (Publicada no D.O.U. de 2 dez 2002, n. 232, Seção 1, p.80/81) (Revogada pela Resolução CFM nº 1955/2010). Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm. Acesso em: 10/10/2016

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 1/1999, de 22 de março de 1999

DSM (IV) Classificação Internacional das Doenças Psiquiátricas. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/dsm.html>. Acesso em: 10/10/2016.

FOUCAULT, M. A história da sexualidade I: a vontade de saber, 1988.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo:Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2001. <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/michel-foucault/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, F. B. Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Campinas: São Paulo, 2009.